

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD-1945-1965)*

Por Lúcia Hipólito

O Governo Castelo Branco 1964-1967

Empossado na presidência da República, Castelo Branco nomeou um ministério composto basicamente de udenistas civis e militares e técnicos de tendência “udenizante”. Nenhum membro do PSD participou do governo.

No Congresso, no entanto, o PSD compunha o bloco parlamentar que apoiava o governo federal; o partido mantinha-se no firme propósito de contribuir para que a gestão de Castelo Branco tivesse todas as características de normalidade constitucional.

Entretanto, em 3 de junho, ao aproximar-se a extinção do prazo dado pelo Ato Institucional ao Executivo para cassar mandatos — até 15 de junho — o PSD foi surpreendido com a notícia de que o ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, pedira a cassação de Juscelino.

Enquanto os líderes pessedistas tentavam entendimentos com os militares e com os udenistas do governo para evitar a cassação, Juscelino procurava mobilizar a opinião pública a seu favor, discursando da tribuna do Senado.

Em 8 de junho, Juscelino Kubitschek de Oliveira teve seu mandato cassado, e seus direitos políticos foram suspensos por dez anos. O ato de cassação foi publicado dois dias depois, e o PSD retirou-se do bloco parlamentar de apoio ao governo. Extinguia-se, assim, o sonho do slogan “JK-65”.

Juscelino, aconselhado pelas lideranças do partido, partiu no dia 14 para o exílio na Europa.

Segundo Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil de Castelo Branco, a saída do PSD do bloco parlamentar desarticulou inteiramente o apoio do Legislativo ao Executivo; *“em função disso, o presidente Castelo Branco começou a sondar os parlamentares no sentido de obter a prorrogação de seu mandato”*.

Derrotado politicamente com a cassação de Juscelino, assistindo impotente ao descumprimento sucessivo dos compromissos assumidos por Castelo Branco às vésperas de sua eleição, o PSD não fechou questão sobre a prorrogação. Em 22 de julho o Congresso aprovava a medida por 284 votos contra 97. A emenda votada prolongava o mandato de Castelo até 15 de março de 1967, marcando as eleições presidenciais para novembro de 1966.

O novo golpe que iria sofrer o PSD tinha como cenário o estado de Goiás, onde aumentava a tensão entre o governador Mauro Borges e os oficiais do Exército, que acusavam o governador de exercer um governo demasiadamente reformista num estado de grande relevância estratégica e de proteger atividades subversivas.

Um inquérito policial-militar (IPM) contra Mauro Borges foi aberto com apoio da UDN. O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o desfecho da crise, concedendo *habeas-corpus* preventivo ao governador, o que desagradou profundamente à oficialidade sediada em Goiás.

Finalmente, em 26 de novembro o presidente Castelo Branco decretou a intervenção federal em Goiás; Mauro Borges foi deposto e o general Carlos Meira Matos foi nomeado interventor.

Em carta ao presidente do PSD, Amaral Peixoto, Castelo Branco justificou a medida, declarando que a situação em Goiás *“ameaçava frontalmente a integridade nacional e as realizações pacíficas da revolução”*.

O PSD, considerando-se profundamente atingido, ainda tentou anular a intervenção, mas esta foi aprovada pelo Congresso, por 192 votos contra 140. Votaram a favor da medida: UDN, PR, PRP e PL. Votaram contra: PSD, PTB, PSB e PST.

Em fevereiro de 1965 novas vicissitudes aguardavam o PSD. O partido indicou formalmente o deputado Ranieri Mazzilli para disputar uma vez mais a presidência da Câmara. Castelo Branco decidiu interferir: manifestou sua oposição ao nome de Mazzilli e propôs sua substituição por Gustavo Capanema. Este recusou o convite, alegando que o partido já tinha um candidato oficial. Castelo iniciou, então, contatos com os outros partidos. A UDN lançou o nome de Bilac Pinto, da UDN de Minas Gerais, que venceu Mazzilli e assumiu a presidência da Câmara, interrompendo um domínio pessedista que remontava a 1946. O PSD sofria mais uma importante derrota.

As Eleições de 1965 e a Extinção dos Partidos

Com a aproximação da campanha eleitoral, o governo aumentou seu controle sobre a atividade política, encaminhando ao Congresso emenda constitucional sobre inelegibilidades. Aprovada em 9 de julho, a emenda declarava inelegíveis todos os ministros do governo João Goulart que tivessem exercido a função após a realização do plebiscito que restaurou o presidencialismo.

Com base nessa emenda, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impugnou a candidatura de Hélio de Almeida (PSD-PTB) ao governo na Guanabara. A nova candidatura apresentada, a do marechal Lott, foi igualmente impugnada pelo TSE, que, sob intensa pressão do governo, alegou que o marechal não possuía domicílio eleitoral no estado.

Finalmente, em 8 de setembro a convenção regional do PSD homologou as candidaturas do embaixador Francisco Negrão de Lima (PSD) e do deputado Rubens Berardo (PTB) para disputar os cargos de governador e vice-governador da Guanabara.

Em Minas Gerais, o PSD tentou apresentar a candidatura de Sebastião Pais de Almeida — último ministro da Fazenda de Juscelino —, nome que encontrou resistências intransponíveis entre os oficiais do Exército. O TSE, julgando recurso interposto pela UDN, impugnou a candidatura.

O partido acabou optando por outro aliado de Juscelino, Israel Pinheiro — ex-presidente da Novacap —, homologado pela convenção regional do PSD mineiro em 11 de setembro.

Em 3 de outubro de 1965, o PSD fazia sua última demonstração de força, elegendo cinco entre os 11 novos governadores: Mato Grosso — Pedro Pedrossian; Minas Gerais — Israel Pinheiro; Rio Grande do Norte — monsenhor Valfredo Gurgel; Guanabara — Negrão de Lima (PSD-PTB); Santa Catarina — Ivo Silveira (PSD-PTB).

No dia seguinte, contrariando a opinião das lideranças pessedistas, Juscelino Kubitschek desembarcava no Rio de Janeiro, onde foi recebido por uma grande manifestação popular.

A derrota da Revolução de 1964 nos dois estados de maior importância política — Guanabara e Minas Gerais — e o retorno triunfal de Juscelino — entendido como provocação pelas forças armadas — constituíram o pretexto de que o governo Castelo Branco se utilizou para decretar o Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 27 de outubro de 1965. Além de transformar em indiretas as eleições presidenciais de 1966 e as eleições para os governos estaduais e restabelecer o direito do presidente da República de cassar mandatos e suspender direitos políticos, o AI-2 declarava extintos todos os partidos políticos em funcionamento no país.

* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>